DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3420/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/12857/2018
PROTOCOLO	: 1946182
ÓRGÃO	: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: AGENOR MATTIELO
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE. PROVENTOS PROPORCIONAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. PELO REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS. MULTA. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato de **Aposentadoria Por Invalidez**, concedido pelo **Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande** à servidora **Marivane da Silva Dolores**, inscrita no **CPF sob o n.º 542.299.951-72**, titular efetivo do cargo de **Auxiliar de Apoio Escolar**.

No transcorrer da instrução processual, após proceder a verificação dos documentos que compõem o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência mediante a Análise **"ANA - DFAPP – 8909/2021"** (fls. 90-91) e o i. Representante do Ministério Público de Contas no Parecer **"PAR - 2ª PRC – 1024/2022"** (fl. 92), manifestaram-se pelo **Registro** do ato em apreço, sendo apontada pela Equipe Técnica a ocorrência de **intempestividade** na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

Tendo em vista as irregularidades suscitadas, foi intimada a Sra.

Camilla Nascimento de Oliveira para que se manifestasse nos autos acerca da irregularidade constatada, conforme observado no Termo de Intimação "**INT - G.WNB – 1749/2022"** (Peça 17).

Em sua resposta anexada às fls. 98-100, a gestora alega que é parte ilegítima para figurar como responsável pelo ato em apreço, desse modo, requereu a intimação para que o devido responsável pela Secretaria Municipal de Gestão apresente as justificativas pertinentes ao caso.

Diante disso, foi intimado o gestor responsável pela Secretaria Municipal de Gestão, Sr. Agenor Mattiello, para que se manifeste acerca da irregularidade suscitada nos autos, conforme Termo de Intimação "**INT - G.WNB – 2825/2022"** (Peça 23).

Conforme resposta anexada às fls. 106-108, o jurisdicionado alega que a intempestividade não ocasionou prejuízo ao erário. Ademais, não há comprovante algum de fatores excepcionais que tenham ocorrido e que justifiquem a ocorrência da intempestividade no envio da remessa.

É o relatório.

Preliminarmente, forte no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, da Resolução n.º 98/2018, em razão da matéria, a competência para o julgamento é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e o julgamento da matéria relativa a Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, I, "b", da Lei Complementar n.º 160/2012.

O benefício previdenciário, fixado na sua proporcionalidade, conforme Apostila de Proventos (fl. 28), observou a legislação aplicável à matéria, estando amparado nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com o art. 24, I, "a", e arts. 26,

27, 70 e 71, da Lei Complementar n.º 191/2011, conforme Decreto "PE" n.º 2.610/2018, publicado no DIOGRANDE, ed. 5.371, de 05/10/2018.

Em relação à remessa de documentos, é correto o destaque da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência quanto ao não atendimento do prazo disposto na Resolução n.º 54/2016 desta Corte de Contas, vejamos:

Especificação	**Mês/Data**
Data da publicação	05/10/2018
Prazo para remessa eletrônica	**19/11/2018**
Remessa	**22/11/2018**

Quanto à remessa intempestiva, o gestor foi devidamente intimado a se manifestar nos autos, sendo que alegou em sua defesa, conforme vistos às fls. 106-108, que a remessa tardia ocorreu devido a:

> (...) um **lapso administrativo** dos servidores do setor responsável pela remessa de documentos ao Tribunal de Contas que acabaram sobrecarregados de dúvidas. Isto se deu nos primeiros meses que ocorreu a implantação da nova forma de envio de documentos por meio virtual ao Tribunal, ocasionando a demora na correta remessa de envio de documentos.

O jurisdicionado aduz ainda, que se baseando na decisão proferida pelo Conselheiro Marcio Campos Monteiro nos autos do Processo TC/6623/2018/001, a aplicação de multa pela remessa intempestiva deve ser afastada, já que em casos análogos, foi decidido pela aplicação de recomendação ao gestor pela observância da legislação pertinente ao tema.

Imperioso destacar, que em análise do julgamento da decisão citada pelo gestor em sua resposta à intimação, nota-se que de fato foi aplicada a reco-

mendação ao jurisdicionado para que observe atentamente aos prazos de remessas de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas sem a aplicação de multa.

Entretanto, destaco aqui, que à época esse era o entendimento desta Corte, todavia, ressalto que a Lei Complementar n.º 160/2012 apresenta claramente em sua redação do art. 46 sobre a aplicabilidade de multa pela remessa intempestiva de documentos.

Para o presente caso, onde o encaminhamento dos autos ocorreu no período anterior à alteração do art. 46, da Lei Complementar n.º 160/2012, dada pela redação da Lei Complementar n.º 293, de 20 de dezembro de 2021, e, considerando a aplicação da lei vigente à época dos fatos – *"tempus regit actum"*, temos que aplicação da multa segue a redação do art. 46 no sentido de que não se pode ultrapassar o valor correspondente a trinta UFERMS, como exposto abaixo:

> Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa tempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS. (grifo nosso) (redação da LC n.º 160/2012 antes da alteração dada pela LC n.º 293, de 20 de dezembro de 2021)

Diante disso, entendo que deve ser aplicada multa regimental ao **Sr. Agenor Mattiello**, inscrito no **CPF sob o n.º 232.687.000-04**, Secretário Municipal de Gestão, como prevê o art. 46, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012, haja vista a extrapolação do prazo para o envio das remessas em **3 (três) dias**.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - PELO REGISTRO da **Aposentadoria Por Invalidez** concedida pelo **Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande** à servidora **Marivane da Silva Dolores**, inscrita no **CPF sob o n.º 542.299.951-72**, titular efetivo do cargo de **Auxiliar de Apoio Escolar**, conforme Decreto "PE" n.º 2.610/2018, publicado no DIOGRANDE, ed. 5.371, de 05/10/2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, I, "b", da Lei Complementar n.º 160/2012;

II - PELA APLICAÇÃO DE MULTA no valor total correspondente a **03 (três) UFERMS**, sob a responsabilidade do **Sr. Agenor Mattiello**, inscrito no **CPF sob o n.º 232.687.000-04**, pela intempestividade na remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas, atraindo a incidência do arts. 21, X, 42, IX, 44, I, 45, I, todos da Lei Complementar n.º 160/2012;

III - PELA CONCESSÃO DE PRAZO DE 45 (quarenta e cinco) dias úteis para que o responsável nominado no item "II" supra, efetue o recolhimento da multa em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas - FUNTC, e, no mesmo prazo, faça a comprovação nos autos, conforme estabelecido pelo art. 83 da Lei Complementar n.º 160/2012, sob pena de cobrança executiva, nos moldes do art. 78 da mesma Lei Orgânica;

IV – PELA RECOMENDAÇÃO ao atual responsável pelo órgão, para que observe atentamente os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas, nos termos art. 59, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012;

V - PELA REMESSA dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da

Lei Complementar n.º 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, “a”, do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 03 de junho de 2022.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA